

**Reunião Ordinária - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher- 08/05/2018 CEDM/PR**

Aos oito dias do mês de maio do ano de 2018, às 9:00 horas em primeira convocação no Miniauditório do **Palácio das Araucárias**- Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social/SEDS, situada à rua Jacy Loureiro de Campos, snº, bairro Centro Cívico, em Curitiba-PR, foi dado início à Reunião Ordinária do **Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/CEDM**, para a qual as Conselheiras foram antecipadamente convocadas. No horário pré-determinado, a **Secretária Executiva Juliana Muller** procedeu a saudação inicial, convidando as presentes para iniciarem a auto apresentação. **•Presenças: Presidente-** Ana Cláudia Machado (CPM/SEDS), Priscila Pacheco dos Santos (SEEC), Jussara de Fátima Ribeiro (SEAB), Maria Marucha Vettorazzi (FETAEP), Maria Isabel Pereira Correa (União Brasileira de Mulheres- UBM), Jaqueline Borges Monteiro (Casa Civil), Patrícia Lessa dos Santos (Universidade Estadual de Maringá- UEM), Vânia Muniz M. Soares (Rede Feminista de Saúde), Lívia Diniz Lopes Soia (FAMOPAR), Ivanete Paulino Xavier (Rede Mulheres Negras), Márcia Rejane Vieira Marcondes (SESP), Anacélie de Assis Azevedo (CUT), Alzimara Cabreira Fraga Bacellar (Fed. De Mulheres do PR), Vice presidente - Carmen Regina Ribeiro (Rede Feminista de Saúde), Melissa Colbert Bello (SEED), Silvia Cristina Xavier (SEJU), Maria Lúcia Gomes (ASSEMPA), Carolina Bolfe Poliquesi (SESA), Lenise Rosseto da Silva (SEPL), Lirani Maria Franco (APP-Sindicato), Giana de Marco Vianna da Silva (Grupo Dignidade), Cláudia Ikandayô (Rede Mulheres Negras- PR), Tânia Cristina de Castro (Central Integrada de Apoio Familiar), Marceli de Camargo (Central Integrada de Apoio Familiar- Suplente), totalizando **23 conselheiras**. **•Colaboradoras, Visitantes e convidadas-** Dra. Danielle M. Vieira (A. Jurídica- SEDS), Dra. Mariana Dias (Ministério Público), Patrícia R. De C. Slonski (Coord. Política Da Mulher-CRAM), Camila Mafioletti (MP-NUPIGE), Cleis M. Weber (ANMCJ/PR- presidente em exercício), Vera Lucia Podguski (ABCK/PR- tesoureira), Fernanda Costa Frazai (UBM), Mariana S. Paris (SEJU- DEDIHC), Maria Irene Schems (SEDS- Ag. Prof.), Ariane Santana (Arquiteta), Daianne (Advogada- Câmara Fazenda Rio Grande), Isabel Baron (Vereadora- Câmara), Eliana Carzino (Comitê Estadual de Prevenção da Morte Materna). **• Apreciação da pauta: - Aprovada.** **•Apreciação da ata da reunião do mês de Abril- APROVADA.** **•Informes da Secretaria Executiva** **•Justificativa de ausência:** - Vera Lúcia Dapont – FETRAF. **Ofícios Recebidos:** 24/04 - Ofício 0138/2018 - ALEP – Deputado Estadual Cobra Repórter Convite para compor a mesa da Audiência Pública – 09/05 às 09h.Referente a Lei nº 303/2017 - “Dia Estadual Contra o Aborto” ; 25/04/2018 - Ofício 0970/2018 -SESA- Em resposta ao ofício 008/2018 – CEDM – encaminha parecer com relação ao projeto de Lei nº 303/2017; 26/04/2018; Ofício 0996/2018; SESA – Solicita substituição da conselheira suplente Maria Cristina Fernandes Ferreira pela Raquel Kovac de Muzio Carvalho Mabpi (processo em trâmite). **• Pauta Permanente: Plano Estadual de Políticas p/ as Mulheres: acompanhamento das ações: Apresentação SEEC, conselheira Priscila Pacheco dos Santos: - Eixo 1 - 1.2 Fomento da participação das mulheres nos diversos espaços políticos - 1.2.6 Realizar formação específica para mulheres empreendedoras dos setores criativos (economia criativa), buscando estimular que mais mulheres tenham seu próprio negócio – não iniciado/ Ação prevista para ser iniciada em 2019; Encaminhamento: Prever na LOA ações para 2019; 1.5 Superação das desigualdades transversais experienciadas por diferentes grupos de mulheres, nos diversos espaços institucionais - 1.5.5 Desenvolver uma ação de exibição de filmes no formato cineclube direcionado ao público feminino, com abordagem de temas relativos à garantia de direitos das mulheres e igualdade de gênero - O Museu da Imagem e do Som promove semanalmente o CineClube MIS, com uma sessão de bate papo com cineastas convidados. Encaminhamentos:** Estamos em negociação para promover durante a programação anual do CineClube MIS um mês de sessão com filmes de cineastas paranaenses e bate papo com uma cineasta convidada para discutir temas relativos à garantia de direitos das mulheres e igualdade



de gênero no cinema. 1.5.6 Garantir que as unidades vinculadas da Secretaria da Cultura realizem ao menos 2 ações por ano com foco no enfrentamento aos preconceitos vivenciados pelas mulheres, ou no empoderamento feminino e na igualdade de gênero – Justificativa de ausência: **Museu da Imagem e do Som (01 ação) / Museu Alfredo Anderson (05 ações)/ Museu Paranaense (05 ações) Biblioteca Pública do Paraná (01 ação) Centro Juvenil de Artes Plásticas (02 ações)/Teatro Guaíra (01 ação) . Museu Oscar Niemeyer (08 ações)/ Museu de Arte Contemporânea do Paraná (01 ação)/ Secretaria de Estado da Cultura (02 ações).** Contribuindo, a **Conselheira Maria Isabel** sugeriu que o CEDM ao receber as programações, repasse à Secretaria Executiva e essa as Conselheiras. Informou-se existirem muitos coletivos de meninas nas Universidades, o acesso à cultura é difícil. O MON está contando com muitas exposições de mulheres. Será elaborada uma relação das programações e repassada por e-mail. Na sua vez, a **Conselheira vice presidente Carmen Regina Ribeiro (Rede Feminista de Saúde)** questionou qual a vinculação que existe no Estado. A **Conselheira Priscila** detalhou os contatos com o interior através dos editais para ações. Cerca de 40% dos recursos irão para as cidades, dividindo-os por número de habitantes. O **Teatro Guaíra**, por exemplo, leva as orquestras para o interior. • **Apresentação SEDS: - técnica da CPM/SEDS, Rhaiza Santos e Ana Cláudia Machado. Eixo 1 - 1.1.8** Destinar cursos de capacitação para mulheres em alta vulnerabilidade social nos municípios selecionados pelo Programa Família Paranaense – Não atingido; **Justificativa do Status:** A ação vem sendo desenvolvida com: Projeto Costurando o Futuro com que a oferta de 200 vagas para cursos de costura. Cursos de Qualificação Profissional em diversas áreas: 360 alunos de 18 municípios iniciarão os cursos em maio. 1.2.8 Promover capacitação para as conselheiras municipais dos direitos das mulheres sobre a importância da participação das mulheres nos diversos espaços políticos. Não iniciado - **Justificativa do Status:** Pauta do I Encontro Estadual dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher; 1.5.2 Organizar um livro de histórias/relatos de mulheres jovens de diferentes realidades (LBTs, indígenas, de comunidades tradicionais, negras, deficientes, assentadas, imigrantes, refugiadas, entre outras) para promover o conhecimento ampliado sobre as especificidades na transversalidade de ser mulher, e fornecer espaço para o protagonismo de meninas – Não atingido – **Justificativa do Status:** Plano de trabalho em elaboração. **Eixo 2 - 2.2.1** Realizar um levantamento de dados da rede de políticas para as mulheres existente nos municípios.- Não iniciado - **Justificativa do Status:** Não iniciado, o último levantamento foi concluído em Outubro/2017. 2.2.2 Formar uma rede de comunicação entre a instância bipartite de política para mulheres - Não iniciado - **Justificativa do Status:** **Pauta de discussão no I Encontro Estadual de Conselhos Municipais de Direitos da Mulher.** 2.2.3 Fomentar a criação de instâncias municipais da política da mulher, utilizando como material de apoio o *Guia de Implantação de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher e dos Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres*. Não atingido; **Justificativa do Status:** Guia de Implantação de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher e dos Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres, já está pronto, foi distribuído em alguns municípios e será lançado formalmente no I Encontro Estadual de CMDM. 2.2.4 Promover encontro estadual de capacitação para fortalecimento das instâncias. Não iniciado - **Justificativa do Status:** **I Encontro Estadual de CMDM previsto para agosto/2018. Eixo 3 - 3.1.1** Elaborar, com base nas *Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídio)*, um protocolo que oriente a atuação nos procedimentos investigativos, processuais e de julgamentos de feminicídios, visando aprimoramento na prática dos profissionais que atuam nesta área. Não atingido - **Justificativa do Status:** **Primeira reunião realizada.** 3.2.1 Acompanhar e divulgar a experiência precursora de implantação de Dispositivos de Segurança Preventiva -DSP em 15 municípios prioritários, para fomentar iniciativas municipais que reforcem o cumprimento de medidas protetivas de urgência, como a implantação e/ou manutenção de



99 "Patrulhas Maria da Penha" e a implantação e/ou manutenção de Dispositivos de Segurança
100 Preventiva – DSP. Não atingido - **Justificativa do Status: Acompanhamento da implantação**
101 **dos DSP's nos 15 municípios prioritários.** 3.2.2 Utilizar as Unidades Móveis para atendimento
102 socioassistencial itinerante a mulher em situação de violência, em articulação com equipe
103 municipal, dando-lhe acolhida, orientando sobre os tipos de violência, a legislação existente e as
104 formas de denúncia. Não atingido - **Justificativa do Status: Ação sendo desenvolvida.** 3.3.1
105 Elaborar material de apoio para implantação de projeto com homens autores de violência
106 doméstica e familiar. Não atingido - **Justificativa do Status. Plano de trabalho em elaboração.**
107 3.4.7 Regulamentar a Lei Estadual nº 19.2017, de 01 de novembro de 2017, que dispõe sobre a
108 implantação de medidas de informação e proteção à gestante e à parturiente contra a violência
109 obstétrica no estado do Paraná, promovendo boas práticas de atenção à gestante, parturiente e
110 neonato e dando outras providências. Não atingido - **Justificativa do Status: Ação sendo**
111 **desenvolvida.** • **Apresentação SEAB: conselheira Jussara Fátima Ribeiro:** - Ações
112 previstas que são de competência da Emater. Enfrentamento ao preconceito- promover novos
113 negócios em atividades- 1500 mulheres- 351 municípios assistidos- ações: agroecologia- plantas
114 potenciais (não convencionais- flores), turismo rural- 252. técnica- família rural- geração de
115 renda- Realização de encontros, atendimento individual- **Meta-** atender 1000 mulheres, 2.102 já
116 nesse ano. Hortas (incentivo para produzir, principalmente para a merenda escolar- no mínimo
117 30% é obrigatório. •Queijos artesanais, fruticultura, pesca. •A meta reunia a realização de 250
118 eventos, em 2018 finalizados 19. Na agroindústria mais de 500 em 2018, na verdade uma
119 grande oportunidade. -Cerca de 1800 projetos elaborados, 665 projetos básicos de gestão
120 ambiental. •**Fomento da participação nos espaços políticos-** eventos em parceria com a
121 FETAEP e SENAR- **Meta:** 70 eventos, e a Emater realizou dois deles- Na parceria, encontro
122 realizado em Virmond com 349 Municípios.- No Estado, mais de 50 encontros com mulheres, em
123 2018. •**Fortalecimento dos espaços comunitários- protagonismo feminino.** •**Superação**
124 **das desigualdades transversais.** Encontros das famílias para discutir gênero- **Meta:** 500. Na
125 sequência, a Conselheira **Maria Marucha (FETAEP)** aproveitou para distribuir uma revista
126 informativa da FETAEP, que contém assuntos de grande interesse, tais como plantas medicinais
127 e violação infanto juvenil. Em duas semanas, aconteceram 8 encontros, com a participação
128 sempre de mais de 90 mulheres- São José dos Pinhais mais de 300 mulheres- buscar o
129 empoderamento daquelas que vivem no meio rural, discutir a realidade do campo, apresentar
130 **“quem somos e o que queremos”-** a importância desse Conselho para as mulheres da zona
131 rural é fundamental! A Conselheira Maria ainda relatou sobre a construção da **Marcha das**
132 **Margaridas-PR.** Segundo ela, o campo está ficando masculinizado e as mulheres se transferem
133 para as cidades. A saída está também com os agricultores familiares, que se preocupam com a
134 saúde, cuja pasta também está envolvida. Apresentação na integra da SEAB esta disponível no
135 site do CEDM/PR. •**Projeto de Lei 303/2007- “Dia da conscientização contra o aborto”.** A
136 vice-presidente, **Carmen R. Ribeiro (Rede Feminista de Saúde)**, relatou que representará este
137 colegiado na audiência pública, agendada para o dia 09/05, às 9h00 na Assembleia Legislativa
138 do Estado. Dessa maneira, a mesma trouxe para a apresentação e consenso do colegiado, dois
139 pareceres referentes ao assunto, a nota técnica da Defensoria Pública e o manifesto da SESA. A
140 conselheira esclareceu, que realizará a manifestação do CEDM/PR, com respaldo no conteúdos
141 desses dois documentos. Pontuou que essa prática do aborto chega a 500 mil casos por ano.
142 Citou as fontes de informações, apontando o perfil dessas vítimas (20 a 24 anos com filhos). Os
143 gastos com esses procedimentos chegaram a 142 milhões de reais em 2013 e em cada 8 óbitos
144 maternos, um é devido ao aborto inseguro. A mortalidade vem a aumentar em países que
145 criminalizam o aborto e são denunciados por profissionais de saúde. Comunicou-se que desde
146 2002, em Curitiba, existe um local que se realiza o aborto, destinado a vítimas de estupro; nesse
147 período, foram contatados 93 casos de gravidez resultante de estupros, dos quais 43 culminaram



em abortos legais. O serviço deve ser ofertado e a mulher tem a opção de escolha. Representando o **Grupo Dignidade**, a **Conselheira Giana de Marco Vianna da Silva** avaliou que é necessário elaborar uma nova proposta, começando do zero; não é possível aproveitar essa Lei, pois a justificativa do Deputado não acompanha. Assim, a **Conselheira Maria Lúcia (ASSEMPA)**, sugeriu encaminhar um expediente ao Deputado em questão, criando um grupo de profissionais para, em conjunto com a assessoria, apresentar as pontuações deste colegiado, visando melhorar o texto do projeto ou até mesmo elaborar um novo. A **Conselheira Tânia Cristina Ribeiro (Central Integrada de Apoio Familiar)** sugeriu fechar a proposta com um nome diferente, para um dia que seja conscientizador. Apontou a **Conselheira Maria Isabel (UBM)**, que o parecer da SESA, trata-se de um documento muito bem fundamentado. Pediu a palavra a **Conselheira Lirani M. Franco (APP Sindicato)** alertando o plenário para o devido cuidado que se deve ter nas discussões que abordam esse assunto. É certo que esse colegiado deverá fazer parte, no sentido de ser constituído um grupo, que certamente deverá ouvir as falas e após proceder os devidos encaminhamentos. •Parecer do Conselho- contrário. •

Comitê de Mortalidade Materna e Infantil: O assunto foi trazido ao plenário pela **Enfermeira Eliana Carzino (PUC-PR)**, que ao se apresentar pontuou ter atuado voluntariamente por cerca de 30 anos, vivenciando a morte materna (algumas das causas: pressão alta, infecção urinária, profissionais incapazes etc). Segundo foi anunciado, através de um efeito trabalho, o Comitê teve lugar no pódio nacional e os Estado do Paraná sempre foi o precursor das modificações no Ministério da Saúde. Na década de 90, este Estado foi o 2º no Brasil a formar o seu comitê. Na época, as mortes ocorridas eram devidamente investigadas e às vezes, medidas simples conseguiam salvar vidas. Com o tempo, os dias gloriosos começaram a fenecer e há cerca de dois anos já não se participava mais dos treinamentos. Finalmente em abril, os gestores apresentaram uma resolução (nº 223/2017), que tirava toda a autonomia do Comitê, que é de caráter científico e de controle social. Nos dias de hoje, esse organismo encontra-se paralisado, com os gestores assumindo funções da Secretaria. Vale dizer, que antigamente os prontuários passavam por uma vistoria, o Comitê estudava em reunião multidisciplinar. A referida resolução foi assinada, indo para o Diário Oficial; as Universidades saíram, sendo tolhidas no seu trabalho. A **Sra. Eliana Carzino** relatou ter participado de reunião com o Secretário da Saúde, na qual informaram a alteração da Resolução, sendo substituída por outra, embasada no Manual do Ministério. Na sequência, o Comitê não foi mais recebido e a minuta acabou parando na vigilância Epidemiológica, por conta do jurídico. Posteriormente, aconteceu outra reunião, agora com a superintendência, e informou-se que a Resolução não poderia mais ser revogada. **Eliana Carzino** relatou ter também participado de nova reunião do Mãe Paranaense, onde diversos assuntos vieram à tona (diagnósticos, medidas para evitar entre outros). Verificou-se, que os dados que se tem de morte materna não conferem e não se tem o aval desse comitê. Em 30 anos, é a primeira vez que se constata a sua paralisação, mesmo que não se tenha ilegalidade. Avaliando a questão, a **Conselheira Vânia Muniz Soares (Rede Feminista de Saúde)** afirmou, que o objetivo maior era permanecer trabalhando, solicitando assim, apoio na aprovação dessa Resolução. A respeito da Resolução, a **Conselheira Carolina (SESA)** informou, que a mesma é de 1995, ocorrendo portanto, uma questão de antiguidade dos itens. A partir daí, processou-se uma análise pois as divisões constantes desse documento nem existem mais: assim a assessoria jurídica orientou que se elaborasse uma nova resolução. Enfatizou que em nenhum momento foi estabelecido qualquer impedimento de participação. Todos tem objetivos comuns, mas as coisas estão estagnadas. E hoje o parecer da SESA é que haja muito cuidado nos próximos passos, pois o Comitê não percebeu que existem novas legislações e diversas outras mudanças importantes. Pedindo a palavra, foi a vez da **Conselheira Vânia Muniz** informar, que está circulando uma carta de apoio aos Comitês. É desejo de todos que seja publicada a nova resolução, de acordo com o Ministério. Foi sugerido pela presidente **Ana Cláudia**



197 **Machado/SEDS**, que esse assunto seja pautado na Comissão de Enfrentamento a Violência
198 contra a Mulher na próxima reunião do CEDM/PR. • **Apresentação: Conselheira Carolina**
199 **Bolfe Poliquesi – Violência Obstétrica: As boas práticas de atenção ao parto na Promoção**
200 **à Saúde da Mulher: Carolina iniciou a sua fala, ressaltando, que a violência obstétrica, é**
201 uma questão de grande importância a ser discutida por um público formador de opinião. Assim, é
202 preciso mudar a cultura: cenas das novelas retratando mulheres em trabalho de parto, aos
203 gritos, parindo embaixo de árvores e utilizando extrema força. **Correto:** Parir com boas práticas,
204 com respeito e segurança. A cesárea é vendida para as mulheres como uma medida segura e
205 com tecnologias, na verdade é coisa chique. Nascer no Brasil não tem sido experiência boa nem
206 para pobres, nem para ricos. Um grande estudo é realizado, apontando as questões a serem
207 evitadas. Todo ser humano para construir a sua felicidade necessita de um marco teórico:
208 respeito ao desejo da mulher, experiência profissional e as melhores evidências. As vezes, o
209 profissional fala de uma possibilidade e acaba fazendo outra. É preciso verificar como ter o plano
210 de parto construído, privacidade no local do parto, respeito ao acompanhante, oferta de líquidos
211 por via oral, monitoramento fetal intermitente, monitoramento cuidadoso do caminhar do parto,
212 métodos não invasivos de posição fetal intermitente, monitoramento cuidadoso do caminhar do
213 parto, métodos não invasivos de posição, (de quatro e não deitada), aquecimento do bebê,
214 exame da placenta, entre outros pontos. • **Práticas negativas:** lavagens intestinais- acesso
215 venoso para a **oxitocina** (hormônio absolutamente necessário durante o parto e amamentação),
216 o fazer força é involuntário, romper a bolsa para acelerar o parto, empurrar ou puxar o bebê,
217 exames vaginais repetidos, não ofertar líquidos, uso liberal do pique (períneo), entre outros.
218 • **Conceito de violência obstétrica:** “abuso de medicamentos e patologização dos processos
219 naturais do trabalho de parto, que causem a perda da autonomia e da capacidade das mulheres
220 de decidir livremente sobre seus corpos e sua sexualidade.” **Pontos observados:** negras
221 recebem menos anestesia, a condição social influencia e causa impedimento até para ter
222 acompanhante, violência verbal. **Estratégias de mudanças:** capacitações, canais de
223 comunicações com a sociedade, inserção do parceiro. **Canais de denúncias-** existe disponível
224 uma ficha para a violência pessoal e auto provocada, visando se obter um olhar qualificado. O
225 ministério Público está a postos, com o objetivo de ter disponíveis estatísticas para poder atuar.
226 -”Privilegiada a mulher que pode lembrar o seu parto com saudades”. -Disponibilizado o trailer
227 do filme “O renascimento do parto”. A presidente Ana Cláudia agradeceu a presença de todas,
228 informando que a referida apresentação estará disponível no site do CEDM/PR. A presente ata
229 foi redigida pela servidora Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), digitada por Evelin Soares,
230 sendo a Secretária Executiva Juliana Muller. O documento após aprovado será inserido no site
231 do CEDM/PR.